



## Justa causa aplicada a vigilante dezoito meses após insubordinação será anulada

**Depois de tanto tempo, ficou configurado perdão tácito pela empresa**



Imagem do ministro Renato de Lacerda Paiva em sessão na 7ª Turma

A Sétima Turma do Tribunal Superior rejeitou o exame do recurso da Mobra Serviços de Vigilância Ltda., em Eldorado do Sul (RS), contra decisão que anulou justa causa aplicada a um vigilante depois de dezoito meses de ocorrida a insubordinação. Ficou mantido o entendimento de que a empresa demorou muito a aplicar a punição, o que configurou o perdão tácito do empregador.

### Insubordinação

O fato que motivou a justa causa ocorreu em fevereiro de 2012, quando o vigilante se recusou a ser substituído no posto de trabalho. Segundo depoimento, o vigilante, “muito estressado e nervoso” se trancou na guarita para impedir a substituição e ainda alardeou que estava armado. Fiscais e a polícia foram chamados, mas não conseguiram convencer o empregado, que somente consentiu com a troca após a chegada do advogado do sindicato.

### Dezoito meses

Cinco dias após o ocorrido, o empregado resolveu procurar ajuda médica por acreditar que estaria com sua saúde mental abalada. Atestado transtorno afetivo bipolar, o vigilante ficou afastado dezoito meses do trabalho. Considerado apto para o serviço, a empresa resolveu conceder um mês de férias ao empregado. Todavia, na volta, o empregado foi punido com a justa causa - insubordinação no serviço ao desacatar seus superiores durante uma tentativa de troca de guarda.

## Férias

Ao julgar o caso, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) entendeu que o tempo decorrido entre a falta cometida e a dispensa do empregado impediam a aplicação da justa causa. Conforme a decisão, depois de tanto tempo, ficou configurado perdão tácito pela empresa. O TRT-4 observou ainda que após a alta previdenciária e atestada a aptidão para o trabalho, a empresa não se manifestou sobre a insubordinação do empregado, tendo inclusive concedido férias ao trabalhador.

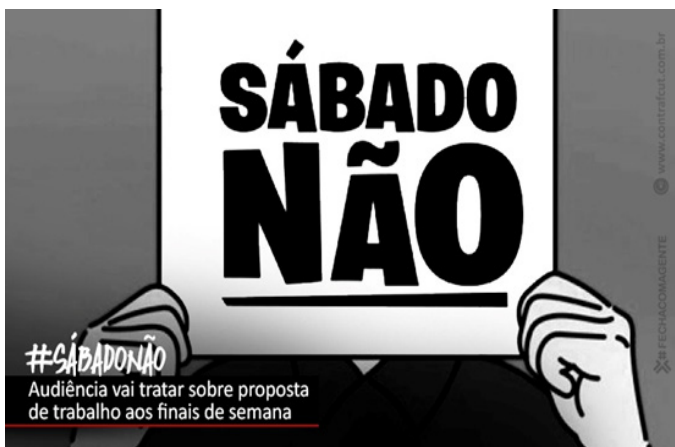
## Fatos e provas

No TST, a decisão, sob a relatoria do ministro Renato de Lacerda Paiva, foi de manter a decisão do TRT-4, de que, diante do tempo decorrido, ficou configurado o perdão tácito pelo empregador. O relator seguiu o entendimento de que incide para análise do recurso a Súmula 126 do TST, que veda o reexame de fatos e provas em instância extraordinária. (RR/CF). Processo: TST-RR-20260-02.2013.5.04.0004

FONTES: TST

# Trabalho bancário nos fins de semana será tema de audiência pública

**PL 1043, que permite a abertura de bancos aos sábados e domingos, será debatido na Câmara dos Deputados, na terça-feira (28); “Sextou bancário tem que continuar!”**



O Projeto de Lei 1043/2019, que libera a abertura dos bancos aos sábados e domingos, estará em pauta na próxima terça-feira (28), a partir das 10h, em audiência pública na Comissão de Direitos do Consumidor da Câmara dos Deputados. O projeto, apresentado pelo deputado David Soares (União-SP) estava ordem do dia de votação pela CDC no final de maio, mas foi retirado da pauta após forte pressão da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de demais entidades sindicais. Os bancários podem participar presencialmente da audiência e também pela TV Câmara.

“O PL 1043/19 não atende às necessidades da população por serviços bancários universais e de qualidade e ameaça ainda mais os

direitos dos bancários, que adoecem com o aprofundamento da exploração e cumprimento de metas absurdas a que cotidianamente são submetidos. Os bancos querem apenas ampliar as possibilidades de lucros, sustentado na lógica do atendimento elitizado e dirigido a locais bem específicos nos finais de semana. Por isto, somos contra este projeto”, disse o deputado Ivan Valente (Psol-SP), que atendeu a demanda do movimento sindical e requereu a audiência.

Desde que o projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados o movimento sindical tem atuado contra o avanço de sua tramitação por entender que o assunto deve tratado em mesa de negociações entre os bancos e o movimento e por se tratar de um lobby que visa apenas o lucro dos bancos, desconsiderando os interesses de clientes e da categoria bancária.

A proposta já teve parecer favorável do relator, deputado Eli Corrêa Filho (União-SP), que em seu substitutivo, diz que é “fundamental que seja garantida a liberdade para que cada instituição”, em nome da “livre concorrência”, “opte ou não pelo funcionamento aos sábados e domingos, criando uma competição saudável e desejada”.

A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, observa que a categoria não se nega

a negociar sobre o trabalho aos finais de semana diretamente com os bancos e que, inclusive, existem acordos específicos que autorizam o expediente em feiras e eventos realizados aos sábados, domingos e feriados. “Não há necessidade de tratar o assunto em lei, pois permitirá a abertura dos bancos aos finais de semana em qualquer situação, e isso prejudicará toda a categoria”, observou. “Além disso, é um desrespeito à negociação coletiva”, completou.

Para o secretário de Relações do Trabalho e responsável pelo acompanhamento de questões de interesse da categoria no Congresso Nacional pela Contraf-CUT, Jeferson Meira, o Jefão, tanto o parlamentar que apresentou a proposta quanto o que emitiu parecer favorável desconhecem a dinâmica do trabalho bancário. “A categoria bancária, que já sofria com as Lesões por Esforços Repetitivos e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/dort), agora é também a que mais sofre com transtornos mentais devido ao estresse gerado pelo assédio e cobrança de metas absurdas. Sem os finais de semana para espairecer a cabeça, com certeza haverá o aumento do adoecimento da categoria”. Para Jefão, “o PL só favorece o interesse dos bancos em negócios milionários aos sábados e domingos, dias em que ocorrem muitos leilões, rodeios, exposições agropecuárias e feirão de imóveis, e desconsidera tanto a bancária e o bancário, como também o cliente. O sextou bancário tem que continuar!”.

O dirigente sindical e representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo no Grupo Nacional da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais, Alexandre Caso, concorda com Jefão. “Sem dúvida, o quadro de adoecimento vai se tornar mais grave, pois ninguém merece mais pressão por metas e assédio também aos sábados e domingos. A realização de audiência pública é o melhor caminho para que o debate e os dados comprovem que esse projeto não merece prosperar”, disse.

### **Irresponsabilidade com segurança**

Outro ponto apontado pelo movimento sindical é com relação à segurança no serviço bancário, de responsabilidade da Polícia Federal, que requer plano muito bem elaborado. “O parecer substitutivo do deputado Eli Corrêa Filho elimina essa preocupação de forma categórica, em profundo descaso com a vida das pessoas”, observa Jefão. “O relator está tão obcecado em garantir mais e mais

lucro aos bancos, que em outro projeto – o PL 2897/21, sobre títulos de crédito em formato digital – também apresentou uma emenda para a dispensa do plano de segurança, colocando ainda mais em risco a vida de clientes e funcionários das instituições financeiras”, denunciou.

### **Pressão presencial e remota**

Jefão acrescenta que o deputado Eli Corrêa Filho possui histórico de “inimigo da categoria e aliado dos bancos” e lembra que, pouco antes de assumir a relatoria do PL 1043, o deputado apresentou, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, “uma emenda em que ataca o direito de greve em instituições financeiras, citando inclusive a lei antiterrorista para reforçar sua ação contra a categoria”.

“O relator deve ser questionado por seu posicionamento”, alertou Jefão. “Vamos nos mobilizar e pressionar o deputado contra o PL 1043, enviando e-mails, telefonando para seu gabinete ou acessando suas redes sociais, para expor nossa indignação contra os ataques à categoria bancária”. A hashtag #SábadoNão será usada em protestos nas redes sociais (para a pressão, os contatos do deputado seguem ao final do texto).

A Câmara dos Deputados tem uma enquete online para qualquer cidadão se manifestar sobre o PL 1043, dizendo qual sua posição sobre o funcionamento das instituições financeiras aos sábados e domingos. “Bancários e bancárias devem garantir seu direito ao descanso semanal e dizer que discorda totalmente da proposta”, orientou Jefão.

### **Audiência pública ordinária semipresencial do PL 1043/2019**

Tema: abertura de agências bancárias aos sábados e domingos

Quando: terça-feira, dia 28 de junho, às 10h

Onde: Câmara dos Deputados, Anexo II, Plenário 08

A audiência será transmitida ao vivo pela TV Câmara.

### **Contatos do deputado**

Eli Corrêa Filho, relator do PL 1043

E-mail: [dep.elicorreafilho@camara.leg.br](mailto:dep.elicorreafilho@camara.leg.br)

Telefone: (61) 3215-5850

Facebook: [facebook.com/EliCorreaFilho](https://facebook.com/EliCorreaFilho)

Instagram: [instagram.com/elicorreafilho/](https://instagram.com/elicorreafilho/)

Site: [elicorreafilho.com.br/](http://elicorreafilho.com.br/)

Endereço: Gabinete 850 – Anexo IV – Câmara dos Deputados, Brasília – DF

**FONTE: CONTRAF**

# Herança da reforma Trabalhista: 32,5 milhões de brasileiros têm emprego precário

**Do total dos sem-direitos, 19,7 milhões sobrevivem de bicos e não sabem o que vão fazer no fim do mês. Muitos têm de escolher entre pagar o aluguel e as contas ou comprar alimentos**

HELENA PONTES/IBGE NOTÍCIAS



Estudo da B3 Social e a Fundação Arymax, em parceria com o Instituto Veredas, revela que 32,5 milhões de brasileiros e brasileiras têm trabalhos precários. Deste total, 19,7 milhões (60,5%) sobrevivem de bicos que não lhes garantem um salário sequer para suprir suas necessidades básicas. São os chamados informais de “subsistência”, que aceitam trabalhos de até dois salários mínimos (R\$ 2.424)

Os bicos foram legalizados pela reforma Trabalhista de 2017, no governo Michel Temer (MDB), por meio do trabalho intermitente, que não estabelece um salário fixo. A nova modalidade prevê que o trabalhador fique à disposição do patrão e só receba pelos dias ou horas em que for chamado para trabalhar, podendo, portanto, receber menos de um salário mínimo por mês.

Outra criação da reforma de Temer é o que os pesquisadores chamam trabalhadores formais frágeis, que é como eles definem pessoas que têm carteira assinada ou CNPJ, desempenham funções com remuneração mais baixa e enfrentam situações de incerteza ou vulnerabilidade, assim como os informais. A pesquisa constatou que dos 32,5 milhões de informais, 6,9 milhões (21%) são trabalhadores formais frágeis.

“Esse é o resultado dos ataques aos direitos dos trabalhadores promovido pela reforma de Temer, que prometeu gerar 6 milhões de empregos, mas o que conseguiu foi aumentar o desemprego, a precarização do trabalho, a exploração sem limites do trabalhador”, diz o secretário de Relações do Trabalho da CUT Nacional, Ari Aloraldo do Nascimento.

“Muitos ganhavam um salário mínimo e mesmo os que tinham uma situação melhor perderam o emprego formal e foram empurrados para a informalidade. Por isso que há essa vulnerabilidade social”, diz Ari Aloraldo, se referindo aos 33 milhões de brasileiros que convivem com a fome no Brasil.

“Como o atual presidente da República não fez a contrarreforma, muito tempo contrário, tentou aprofundar a reforma de Temer, e ainda acabou com a política de valorização do salário mínimo, o trabalhador tem de escolher entre comer, pagar as contas, ou ter um lugar morar”, analisa o dirigente.

Só em São Paulo, a população em situação de rua cresceu 31% em 2 anos – de 24.344, em 2019, para 31.884 no final de 2021. Para Ari, é o emprego precarizado que tem levado famílias inteiras a morar nas ruas da capital paulista.

“Eu vejo na região onde moro, pais e mães de família trocando de roupa no meio da rua, colocando um jeans, uma camisa ‘melhor’ e ir para o trabalho que, com certeza, é um bico, sem carteira assinada, sem FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço], sem 13º salário, sem férias remuneradas”, pontua o dirigente.

## **Educação e racismo**

Outra conclusão do estudo do B3 Social, Fundação Arymax e Instituto Veredas é o de que 75,4% desses 19,7 milhões de informais de subsistência, têm ensino fundamental incompleto ou inferior e 64% deles eram negros, o que demonstra que o Brasil é o país da desigualdade social e do racismo estrutural.

“O trabalhador brasileiro está jogado à própria sorte, depois que a reforma Trabalhista deu poder aos patrões de pagar uma miséria, e ainda não dar nenhum retorno à sociedade. Infelizmente, esses maus patrões não se importam de ver as mazelas da sociedade, como se eles não tivessem nenhuma responsabilidade sobre essa crise, da mesma forma como o atual governo se comporta”, conclui Ari Aloraldo.

### **Características do trabalhador informal**

O estudo apontou ainda que 5,2 milhões de informais pesquisados têm potencial produtivo e apenas 700 mil o são por opção.

**Informais de subsistência:** recorrem à informalidade para sobreviver em vagas de até dois salários mínimos

**Informais com potencial produtivo:** estão à frente do grupo anterior em formação e renda (de dois a cinco salários), mas seguem marcados pela incerteza

**Informais por opção:** têm mais de cinco salários mínimos e podem alcançar a formalidade, mas permanecem como informais para evitar custos ou burocracias

**Formais frágeis:** têm vagas formais (CNPJ ou carteira), mas ainda incertas e com baixa remuneração (até dois salários). Exemplos: trabalhos atípicos (intermitentes) e relações de emprego disfarçadas (contrato de assalariado não regular).

### **Metodologia**

O estudo analisou o terceiro trimestre de 2021, a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e foi divulgado pelo jornal Folha de São Paulo.

FONTE: CUT

# Levantamento aponta redução de postos de trabalho bancário

**Desligamentos do emprego realizados em abril é o maior dos últimos seis meses**



Pelo segundo mês consecutivo, o emprego formal no setor bancário apresentou fechamento de postos de trabalho, segundo levantamento do emprego do bancário realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base nos dados de abril do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No mês ocorreram 3.232 admissões e 3.296 desligamentos.

“O número de desligamentos foi o maior dos últimos seis meses e ajustes futuros poderão elevar ainda mais este número”, observa o Dieese em seu estudo. Tamanho desligamento pode estar associado ao aumento da rotatividade no setor.

Outro apontamento feito pelo Dieese é que as demissões voluntárias, a pedido do trabalhador, permanecem em altos patamares. Desde setembro de 2021, este tipo de desligamento está acima de 40% da totalidade. Em abril chegou a 42% do total. No ano (janeiro a abril/2022), mais de 5 mil trabalhadores bancários solicitaram demissão, o que corresponde a 46,6% do total de desligamentos. A média de pedido de desligamentos no emprego formal brasileiro, no mesmo período, foi de 33,3%.

“Apesar de não ser possível determinar, de maneira contundente, o motivo dos desligamentos, uma vez que a falta de obrigatoriedade de homologação de demissões dificulta investigações, algumas hipóteses são a de que a flexibilidade promovida pelo home office favorece mudanças e transferências; a migração de trabalhadores para bancos digitais, fintechs e corretoras de valores, muitas vezes por terceirização do trabalho bancário promovida pelos próprios bancos; e o esgotamento dos trabalhadores por conta de pressões pelo cumprimento de metas abusivas”, observou o economista Gustavo Cavarsan, um dos responsáveis pelo levantamento realizado pelo Dieese.

## **Faixa etária e sexo**

O levantamento do Dieese mostra ainda uma triste realidade de discriminação de gênero. A distribuição da movimentação do emprego aponta que o resultado em abril foi influenciado pelo saldo negativo ocorrido entre as mulheres (-349 postos). Entre os homens, o saldo foi positivo em 285 postos.

No que toca a questão das faixas etárias, é possível observar saldo positivo entre as faixas até 29 anos, com ampliação de 673 vagas. Já para as demais faixas etárias, foi notado movimento contrário, com fechamento de 740 vagas.

“Neste ponto, a análise mostra o achatamento dos salários da categoria, uma vez que os salários pagos aos bancários admitidos em abril representavam, em média, apenas 83,6% do valor recebido pelos demitidos. Ou seja, os bancos demitem bancários mais experientes, com salários maiores, e contrata outros, mais jovens com salários menores”, observou o economista do Dieese.

**FONTE: CONTRAF**

# ‘Prévia’ da inflação tem alta em todas as regiões e se mantém acima dos 12%

**Preços de alguns alimentos e combustíveis caíram. Remédios e planos de saúde tiveram alta**

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)



Com altas em todas as regiões pesquisadas e em todos os grupos, a “prévia” da inflação se manteve em ritmo elevado em junho. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) foi 0,69%, acima de maio (0,59%) e abaixo de junho do ano passado (0,83%). Com isso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa somou 5,65% no primeiro semestre e 12,04% em 12 meses.

O grupo Transportes subiu menos (0,84%), mas ainda assim teve impacto de 0,19 ponto percentual no resultado da inflação do mês.

De acordo com o IBGE, os preços médios do etanol e da gasolina caíram 4,41% e 0,27%, respectivamente, enquanto o óleo diesel aumentou 2,83%.

Também subiram de preço passagens aéreas (11,36%) e seguro de veículo (4,20%), além de itens como emplacamento e licença, motocicletas, automóveis novos e usados.

Ainda nesse grupo, altas em ônibus urbano (com reajuste em Salvador) e municipal (Belo Horizonte e Salvador).

## Planos de saúde e remédios

Já o grupo Saúde e Cuidados Pessoais (1,27%) teve influência dos planos de saúde: 2,99% e 0,10 ponto percentual.

O IBGE apurou ainda alta de 1,38% nos produtos farmacêuticos (0,05 ponto).

Em Habitação (0,66% em junho), a alta foi puxada pela taxa de água e esgoto (4,29%), com reajustes em Belém, Curitiba e São Paulo.

O gás encanado também teve aumentos (Curitiba e Rio de Janeiro) e subiu 2,04%.

Por outro lado, caíram os preços médios da energia elétrica (-0,68%), que não teve cobrança adicional.

O grupo com maior variação no mês foi Vestuário: 1,77% (0,08 ponto). Segundo o instituto, subiram os preços de roupas femininas (2,52%), masculinas (1,97%) e infantis (1,51%), além de calçados e acessórios (1,19%).

## Alimentos: pressão menor

Alimentação e Bebidas subiu menos no mês - 0,25%, ante 1,52% em maio. O leite longa vida, por exemplo, foi de 7,99% para 3,45%. E caíram preços de produtos como cenoura (-27,52%), tomate (-12,76%), batata inglesa (-8,75%), hortaliças e verduras (-5,44%) e fruta (-2,61%). O lanche consumido fora do domicílio subiu 1,10% (1,89% no mês anterior) e a refeição, 0,70% (0,52%).

Entre as áreas pesquisadas, a maior alta foi apurada na região metropolitana de Salvador (1,16%) e a menor, em Belém (0,18%). Na Grande São Paulo, a variação foi de 0,79%. Em 12 meses, o IPCA-15 vai de 10,27% (Belém) a 14,45% (Grande Curitiba), acumulando 12,01% em São Paulo e 11,87% no Rio.

O IPCA e o INPC deste mês serão divulgados em 8 de julho

FONTE: CUT - Vitor Nuzzi, da RBA

# Idoso morre na porta do INSS enquanto aguardava perícia médica

**José Tomás, vigilante, de 61 anos, teve um AVC em frente à agência. Segundo a família, era a terceira vez que o homem ia até o INSS tentar um auxílio-doença**

Foto por Lorena Cabral/Inter TV dos Vales



O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) chegou a ser acionado, mas José Tomás já estava sem vida quando os socorristas chegaram

Nesta sexta-feira (24), um idoso passou mal e morreu enquanto aguardava atendimento no INSS, no município de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. Segundo a família da vítima, era a terceira vez que o vigilante José Tomás da Silva, de 61 anos de idade, ia até à agência tentar conseguir um auxílio-doença.

“Ele teve um AVC em março, aí veio tentando afastar até aposentar. A própria situação que aconteceu hoje prova que ele não tinha condições nenhuma de trabalhar. Nenhuma das três tentativas foi alcançada, alcançou foi a morte dele”, desabafa o enteado, Alexandre Pereira Viana.

Segundo ele, José estava com uma perícia agendada para 08h40 e saiu de casa cedo, por volta de 07h, acompanhado da enfermeira que cuidava dele. Quando já estava na porta

da agência, ele começou a sentir fraqueza e passar mal, mas nenhum funcionário do INSS apareceu para prestar socorro.

“Antes de ele falecer, nós pedimos ajuda, que lá dentro tem médico, e os médicos não vieram atender e ele morreu aqui na porta do INSS. Isso durou uns 10 minutos, poderiam ter atendido, feito alguma coisa. O vigilante trouxe um sal e colocou na boca dele, mais nada, os médicos não fizeram nada. Agora a médica tá ali, vai resolver o quê?”.

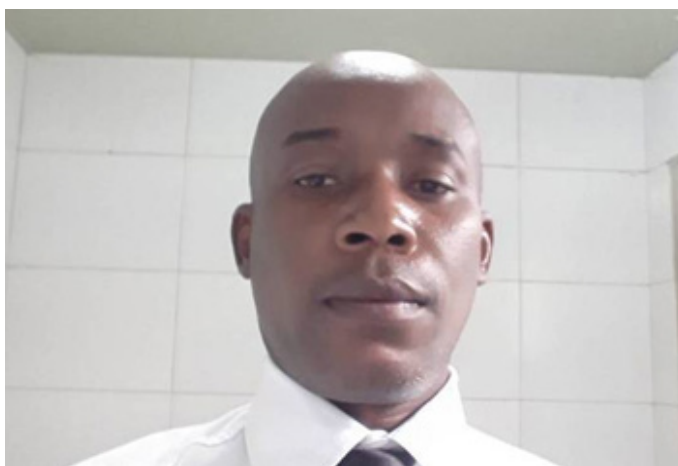
O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) chegou a ser acionado, mas José Tomás já estava sem vida quando os socorristas chegaram. O corpo foi recolhido por uma funerária por volta de 09h.

FONTE: TNONLINE



# Recompensa por informações sobre envolvidos em morte de segurança de shopping é de R\$ 50 mil

**Segurança Jorge Luiz trabalhava à paisana e desarmado, foi morto com um tiro no rosto durante assalto a joalheria**



Jorge Luiz Antunes, segurança que morreu em tiroteio no Rio  
REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

O Disque Denúncia está oferecendo uma recompensa de R\$ 50 mil por informações que levem à identificação e prisão dos envolvidos no assalto ocorrido em uma joalheria, na noite do último sábado (25), num shopping de luxo na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio, que terminou com um segurança morto.

O segurança Jorge Luiz Antunes, de 49 anos, que trabalhava à paisana e desarmado, foi morto com um tiro no rosto. Antunes não era contratado e receberia R\$ 180 pelo dia de trabalho avulso no estabelecimento. Ele deixou de ir ao aniversário de um neto para prestar o serviço.

Jorge Luiz deixou esposa, quatro filhos e netos. O corpo do vigia será enterrado nesta segunda-feira (27) no Cemitério Municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Segundo a Polícia Civil, cerca de 12 criminosos, que chegaram a fazer clientes de reféns, participaram do roubo, todos armados com pistolas. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios da Capital (DH Capital).

**Disque Denúncia divulgou cartaz**

DIVULGAÇÃO

COMPARTILHE:

**Canais Disque Denúncia:**

Telefone: (21) 2253-1177

WhatsApp: (21) 99973-1177

App "Disque Denúncia RJ"

A recompensa será paga por denúncias feitas, exclusivamente aos canais do Disque Denúncia, que levem à identificação e prisão dos criminosos. O anonimato durante a denúncia é garantido.

Fonte: \*Estagiário do R7, sob supervisão de PH Rosa

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF